

**Ministério da Justiça - MJ****Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE**

SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, 4º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504

Telefone: (61) 3221-8409 e Fax: (61) 3326-9733 - www.cade.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO nº 08700.001291/2015-62

TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato por Produto

Contratação de Consultoria Sênior Especializada para Elaboração de Guia para Aplicação de Remédios Antitruste

1. Função no Projeto:

Consultoria sênior no projeto de elaboração de guia para aplicação de remédios antitruste.

2. Antecedentes

A política de defesa da concorrência, atuando em sua vertente preventiva – o controle de estruturas ou controle de atos de concentração – pode impedir ou permitir que o ato de concentração se concretize, caso seja observado que os efeitos da operação têm efeitos negativos ou positivos, respectivamente. Ocorre que, não raro, atos de concentração com efeitos negativos em determinados mercados também comportam eficiências, de maneira que uma rejeição integral da operação se mostraria desproporcional, impedindo a concretização de eventuais eficiências. Nesse caso, coloca-se a possibilidade de uma solução intermediária mediante a aplicação dos chamados remédios antitruste.

Remédios antitruste são intervenções realizadas por autoridades de defesa da concorrência para contrabalançar efeitos anticompetitivos de um ato de concentração. Tais soluções intermediárias entre a aprovação incondicional e a reprovação total de determinada operação pode se mostrar mais eficiente e proporcional do que uma das duas soluções extremas. Em muitos casos, um remédio pode permitir que determinadas eficiências decorrentes da concentração sejam preservadas e, ao mesmo tempo, que problemas concorrenciais em mercados específicos sejam endereçados. Os remédios podem assumir a forma, por exemplo, de desinvestimentos de uma unidade de negócios completa, de venda de ativos específicos, de compromissos de garantia de acesso a infraestruturas, entre outros.

Cabral (2014) faz uma análise sobre a aplicação de remédios pelo Cade, no período de 1994 a 2013 e, utilizando a classificação utilizada pelo *Department of Justice (DOJ)* [1], observa avanços importantes na prática do órgão em relação à maior tendência de utilização de soluções negociadas em atos de concentração. Todavia, na comparação com a teoria e a prática de outras autoridades, a autora alerta para a necessidade de aprimoramento, como, por exemplo, alterar a quantidade remédios

comportamentais que visam a controle de resultados. Sugere a realização de estudos de mapeamento da experiência do órgão (a exemplo dos estudos realizados pela Comissão Europeia e pelo FTC) e de efetividade de decisões, a fim de identificar gargalos e propor soluções. Paralelamente, o trabalho ressalta a necessidade do desenvolvimento de uma estrutura interna com expertise no tema dos remédios, inclusive em desenho e avaliação de efetividade.

A presente contratação tem por objetivo a elaboração de um guia de aplicação de remédios antitruste, prevendo o levantamento e análise de efetividade dos remédios aplicados pelo Cade e uma base de conhecimento de aplicação, desenho e análise de efetividade, com a participação do público externo por meio de consulta pública. A consultoria propiciará ao Cade aumentar a consistência no desenho de remédios, antecipar eventuais problemas de implementação, além de dar transparência e celeridade nos procedimentos administrativos. Para tanto, o trabalho será desenvolvido, de forma articulada, com assessor jurídico, um consultor júnior e um economista. Cada um será responsável por um produto diferenciado do projeto, a ser desenvolvido de forma colaborativa, mas sem envolver relação de dependência/subordinação de ações/produtos entre os eles.

Ao Departamento de Estudos Econômicos (DEE) compete, nos termos do artigo 17 da Lei nº 12.529/2011, a elaboração de estudos e pareceres econômicos, por iniciativa própria ou a pedido do Plenário do Tribunal Administrativo, do Presidente, do Conselheiro-Relator ou do Superintendente-Geral, zelando pelo rigor e atualização técnica e científica das decisões do órgão. A elaboração do guia de remédios antitruste dotará o Departamento e, por conseguinte, o Cade, de conhecimento técnico e científico sobre o tema, permitindo a transferência de expertise e sua aplicação futura.

Essas atividades estão em estreita harmonia com os objetivos do PNUD, uma vez que uma política de defesa da concorrência age em favor da proteção dos consumidores e do desenvolvimento econômico. A consultoria está alinhada ao Produto 1.2 - Expertise do SBDC na área econômica ampliada e consolidada, estando prevista, na Matriz Lógica da Revisão Substantiva ^[2], a elaboração de guias de análise econômica pertinentes à defesa da concorrência.

3. Nº do resultado no PRODOC/PNUD

A presente consultoria contempla o Resultado 1: “Ambiente de defesa da concorrência consolidado no país”, Produto 1.2: “Expertise do SBDC na área econômica ampliada e consolidada” do PRODOC BRA/11/008.

4. Objetivos da consultoria

Objetivo final: elaborar um Guia de Aplicação de Remédios Antitruste para o Cade.

Objetivos intermediários: mapear e analisar a efetividade dos remédios já aplicados pela autoridade antitruste brasileira; acompanhar sua submissão à consulta pública; organizar seminário para apresentação; capacitar servidores do Cade para desenho de remédios (acesso e transferência de conhecimento sobre aplicação de remédios antitruste).

Espera-se que ao final da consultoria o Cade possa publicar instruções públicas com orientações sobre a aplicação de remédios antitruste.

5. Descrição das atividades

- Elaborar análise da jurisprudência e de efetividade das aplicações dos remédios.
- Apresentar planejamento detalhado das atividades a serem executadas na elaboração do estudo objeto deste contrato, com descrição das metodologias a serem empregadas, dados necessários e sua fonte.
- Participar de reuniões para a orientação e avaliação das atividades e produtos.
- Apresentar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas.
- Acompanhar e dar instruções para consulta pública.
- Elaborar três propostas de guia de remédio antitruste, submetidas à apreciação do Conselho e do público externo.
- Organizar seminário.
- Capacitar ao menos 5 servidores do CADE para aplicação dos remédios.

6. Qualificações profissionais

6. Qualificações mínimas (eliminatórias):

- Nível avançado de inglês.
- Nível avançado de português.
- Ensino superior completo com formação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Engenharia ou áreas afins.
- Pós-graduação (stricto ou lato sensu) em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Engenharia ou áreas afins.

6.2 Qualificações preferenciais (para pontuação):

- Experiência em coordenação de projetos de pesquisa.
- Doutorado (sem necessidade de revalidação no Brasil), nas áreas de Economia, Direito, Administração ou áreas afins.
- Experiência profissional ou acadêmica em temas relacionados à defesa da concorrência e/ou direito econômico e/ou economia da concorrência.
- Produção acadêmica ou técnica sobre os temas relacionados à defesa da concorrência.

7. Critério de seleção e procedimento de inscrição

A seleção terá 2 (duas) etapas: (i) análise curricular; e (ii) entrevistas.

Em cada etapa será registrada uma nota para o candidato. Na etapa de análise curricular, as notas serão calculadas de acordo com a tabela abaixo, sendo que a qualificação mínima será considerada como critério eliminatório:

Tabela 1 – Critério de pontuação da avaliação curricular

Qualificação	Pontuação
Mínima (descritas no item 6.)	Eliminatória

Experiências	Pontuação
Experiência em coordenação de projetos de pesquisa	0,5 (meio) ponto por projeto (Máximo de 2 pontos)
Doutorado	2 (dois) pontos
Produção acadêmica ou técnica sobre os temas relacionados à defesa da concorrência	0,5 (meio) pontos por: <ul style="list-style-type: none"> - publicação de resumo e/ou trabalho completo em anais de evento científico; - por publicação de artigo ou texto em periódico qualificado pela CAPES (Qualis); - 1 (um) ponto por capítulo de livro publicado. (Máximo de 3 pontos, no total)
Experiência profissional ou acadêmica com temas relacionados à defesa da concorrência e/ou direito econômico e/ou economia da concorrência.	1 (um) ponto por ano (Max 3)

Na etapa de entrevista, as notas serão calculadas de acordo com a tabela a seguir. Recomenda-se que o candidato esteja preparado para discutir sobre pontos abordados nos seguintes textos:

CABRAL, Patrícia Semensato. **Remédios em Atos de Concentração: uma Análise da Prática do Cade**. IX Prêmio Seae. 2014. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/premios/premios-1/premios-2014/9o-premio-seae-2014/monografias-premiadas-seae-2014/arquivo.2014-12-01.6035656273>

INTERNATIONAL COMPETITION NETWORK. **Merger Remedies Review Project: Report for the fourth annual conference**. 2005. Disponível em: <http://www.internationalcompetitionnetwork.org/uploads/library/doc323.pdf>

Estados Unidos. **Department of Justice Policy Guide to Merger Remedies**. 2011. Disponível em <http://www.justice.gov/atr/public/guidelines/272350.pdf>.

Tabela 2 – Critério de pontuação da entrevista

Itens de avaliação	Pontuação

Conhecimento sobre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	0 a 5 pts
Capacidade de expressão	0 a 5 pts
Compreensão da literatura indicada	0 a 5 pts
Pertinência da experiência profissional e acadêmica anterior com as atividades descritas	0 a 5 pts

Em caso de empate, o desempate obedecerá aos seguintes critérios: (i) nota da entrevista; ii) avaliação curricular.

Os custos para entrevista serão arcados pelo candidato. Caso o candidato não resida no Distrito Federal, a entrevista poderá ser realizada por videoconferência. Para os candidatos residentes no Distrito Federal, a entrevista será obrigatoriamente realizada na sede do CADE.

Os interessados em participar do certame devem encaminhar *curriculum vitae* e informações adicionais para prodoc@cade.gov.br até o dia **06 de abril de 2015**. Favor indicar no campo “assunto” o código: Consultoria VAGA 01– [*nome do candidato*].

No momento da inscrição, deverão ser apresentadas cópias dos comprovantes da qualificação profissional do candidato, sendo que os originais ou cópias autenticadas deverão ser entregues após a entrevista, em data a ser definida, sob pena de desclassificação. As entrevistas serão agendadas pela equipe do CADE.

Serão automaticamente desclassificados os candidatos que não possuam a qualificação profissional mínima prevista no Termo de Referência, bem como os candidatos que não comparecerem à entrevista.

8. Insumos

Passagens e diárias, se necessário.

9. Nome do Supervisor

Luiz Alberto Esteves

Economista-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

10. Localidade do Trabalho

Brasília - DF

11. Data de início

30 de abril de 2015

12. Data de término

30 de abril de 2016

13. Produtos e Honorários

Parc.	Produto	Valor	Previsão para entrega dos produtos	Percentual
1	Planejamento detalhado das atividades, contendo descrição do processo de trabalho a ser desenvolvido pelo coordenador, especialista e assistente de pesquisa, com explanação da metodologia a ser utilizada para a elaboração do guia, cronograma de trabalho e método de avaliação dos remédios antitruste aplicados pelo Cade.	R\$6.000,00	30 dias após a assinatura do contrato	12%
2	Relatório de coordenação do projeto de levantamento da experiência do órgão Cade na aplicação de remédios antitruste e de efetividade das decisões.	R\$6.000,00	60 dias após a assinatura do contrato	12%
3	Relatório de coordenação e metodologia de elaboração de questionário e sua aplicação sobre eficiência dos remédios aplicados pelo Cade.	R\$10.000,00	150 dias após a assinatura do contrato	19%
4	Primeira versão de Guia de Remédios (para discussão interna do Cade).	R\$8.000,00	210 dias após a assinatura do contrato	15%
	Segunda versão de Guia de			

5	Remédios, submetida à consulta pública e organização de seminário com público externo	R\$8.000,00	270 dias após a assinatura do contrato	15%
6	Versão final de Guia de Remédios	R\$6.000,00	330 dias após a assinatura do contrato	12%
7	Relatório final de capacitação de pelo menos 5 servidores do CADE (12 horas).	R\$8.000,00	360 dias após a assinatura do contrato	15%
Valor total:		R\$52.000,00		

As datas de entrega consignadas nos quadros acima poderão ser antecipadas de maneira consentânea à evolução do trabalho. A entrega de produtos e processamento do respectivo pagamento será registrada em memória de reunião e consensuada com o consultor.

14 Informações finais

As dúvidas sobre o projeto poderão ser dirimidas por demanda, e deverão ser solicitadas por meio do email prodoc@cade.gov.br.

Conforme Decreto nº 5.151 de 22/06/2004: “É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas”. Caso o consultor selecionado seja professor concursado, poderá ser contratado para a atividade desde que apresente autorização da chefia imediata e da autoridade máxima do órgão para o período contemplado no projeto.

O trabalho poderá ser desenvolvido fora de Brasília, DF. Contudo, em razão da necessidade de interação com integrantes do quadro de servidores do CADE, além de consulta ao processo físico, há previsão de passagens e diárias para permitir o desenvolvimento do trabalho.

O CADE poderá disponibilizar infraestrutura básica (desktop, mesa, cadeira, acesso a internet, dentre outros) caso seja solicitado pelo consultor, para ser utilizada estritamente para a confecção do trabalho em questão, durante o horário de expediente da Autarquia. Isso não ensejará qualquer tipo de controle de frequência, folha de ponto e/ou relação de subordinação.

O contratado firmará termo de confidencialidade. A utilização ou revelação de quaisquer dados e informações confidenciais, obtidas no âmbito da realização deste projeto, ensejará a rescisão imediata do contrato e a apuração de responsabilidade administrativa, criminal e cível.

[1] O DOJ classifica os remédios antitruste em estruturais (venda de um pacote de ativos, venda de uma unidade de negócio, venda de direitos sobre ativos críticos intangíveis, entre outros) e comportamentais (firewalls, compromissos de não discriminação, licenciamento obrigatório, transparência, etc.). Vide Estados Unidos, 2011.

[2] Revisão substantiva do PRODOC/BRA/008 realizada em 27 de novembro de 2012.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Maciel Cuiabano, Economista-Adjunto(a)**, em 23/03/2015, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0038890** e o código CRC **DB400D24**.

Referência: Processo nº 08700.001291/2015-62

SEI nº 0038890